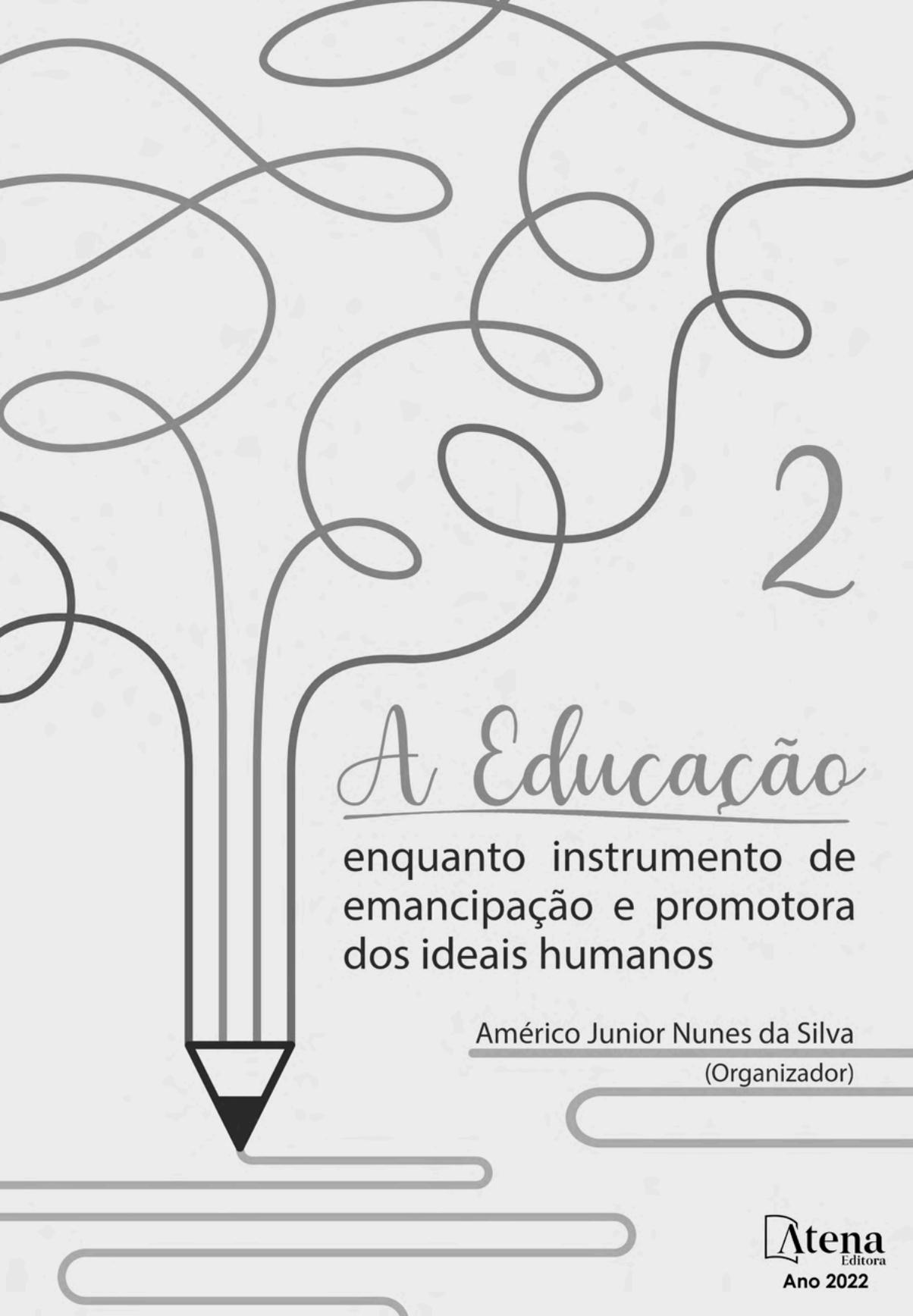


2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-853-0
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.530222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

E-EDUCAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA INTERNET COMO AMBIENTE PROMOTORA DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO FRENTE AOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Mateus Catalani Pirani

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228011>

CAPÍTULO 2..... 9

GESTÕES ARBITRÁRIAS E FINANCIAMENTOS INSUFICIENTES: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS COMO UMA RESPOSTA

Francisco Pinto de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228012>

CAPÍTULO 3..... 20

O ACOLHIMENTO MULTIGERACIONAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIOS

Andréa Holz Pfützenteuter

Ana Carolina Ribeiro Albino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228013>

CAPÍTULO 4..... 27

AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ASPECTOS CONCEITUAIS, CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR

Wellita de Sousa Igreja

Denise Martins da Costa e Silva

Ruth Raquel Soares de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228014>

CAPÍTULO 5..... 38

ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO BIOPSISSOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Jailson Oliveira da Silva

Allysson Macário de Araújo Caldas

Rafael Ramos Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228015>

CAPÍTULO 6..... 60

EDUCAÇÃO ON-LINE ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO NO PÓS-PANDEMIA

Fernanda Sanjuan de Souza

Genielli Franca da Silva

Kelly Cristina Brito de Jesus

Priscila Silva da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228016>

CAPÍTULO 7..... 77

A EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES E OS ENSINAMENTOS PEDAGÓGICOS DE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228017>

CAPÍTULO 8..... 85

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ACADÊMICA INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM PROTOCOLO POSSÍVEL

Rosemy da Silva Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228018>

CAPÍTULO 9..... 102

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR ANTROPOLÓGICO E DA ETNOGRAFIA NO ESPAÇO ESCOLAR NO PROCESSO DE TRANSMISSÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Amanda Gomes Pereira

Juliana Moraes Casto

Lucas Oliveira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228019>

CAPÍTULO 10..... 112

GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO: O OLHAR DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Emily Cabral dos Santos

Joseval dos Reis Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280110>

CAPÍTULO 11..... 142

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS DE ENSINO

Elaine Cristina Mateus Novacowski

Sandra Aparecida Cavallari.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280111>

CAPÍTULO 12..... 153

CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

Maria da Anunciação Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280112>

CAPÍTULO 13..... 176

NOVAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES EM GRUPO ON-LINE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Fernanda Celestino dos Santos Espanhol

Joceli Maria Zandonai Garbozza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280113>

CAPÍTULO 14..... 188

INTERCULTURALIDADE EM FREIRE: DIÁLOGO ENTRE OS PRINCÍPIOS FREIREANOS E AS PRÁTICAS INTERCULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Camila Nunes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280114>

CAPÍTULO 15..... 198

APLICAÇÃO DO MÉTODO SNOEZELEN EM UMA CRIANÇA COM TEA: UM ESTUDO TRANSVERSAL E EXPERIMENTAL

Cristiane Gonçalves Ribas

Haysa Camila Boguchevski

Francine Gavloski

Thayná Aquino Gonçalves

Thayná Carolina Sant'Ana Cantelli

Wellington Jose Gomes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280115>

CAPÍTULO 16..... 208

EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE REDES SOCIAIS E MORALIDADE

Vítor de Moraes Alves Evangelista

Rita Melissa Lepre

Aline Kadooka

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280116>

CAPÍTULO 17..... 220

OS (DES)CAMINHOS DA ADOÇÃO NO BRASIL: OS DIREITOS DA CRIANÇA E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO: UM RELATO DE CASO

Patrícia Panisa

Marco Antonio de Oliveira Branco

Isaac Vitório Correia Ferraz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280117>

CAPÍTULO 18..... 227

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROGRAMA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Marcella Suarez Di Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280118>

CAPÍTULO 19..... 238

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PEDAGOGIA FREIREANA

Carlos Alberto Xavier Garcia

Simone Medeiros da Silva Garcia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280119>

CAPÍTULO 20	243
EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA	
Stella Santana da Silva Jacinto	
Ronaldo Alves dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280120	
CAPÍTULO 21	251
GAMIFICAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUAS	
Rosemary Lapa de Oliveira	
Risonete Lima de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280121	
CAPÍTULO 22	259
LETRAMENTO INFORMACIONAL: O QUE REPRESENTAM OS RISCOS NA INTERNET	
Josete Maria Zimmer	
Maria de Fátima Serra Rios	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280122	
CAPÍTULO 23	269
LUDICIDADE NA SALA DE AULA: SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM UTILIZANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	
Juscilene Andreia de Oliveira	
Gilmar Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280123	
CAPÍTULO 24	281
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INCENTIVO À LEITURA EM CRIANÇAS DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suelma Cláudia de Paiva Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280124	
SOBRE O ORGANIZADOR	297
ÍNDICE REMISSIVO	298

CAPÍTULO 17

OS (DES)CAMINHOS DA ADOÇÃO NO BRASIL: OS DIREITOS DA CRIANÇA E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO: UM RELATO DE CASO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 19/10/2021

Patrícia Panisa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
– PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social
São Paulo - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0092693244062722>

Marco Antonio de Oliveira Branco

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
– PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social
São Paulo - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0662648885438705>

Isaac Vitório Correia Ferraz

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
– PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social
São Paulo - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0977287764330038>

RESUMO: O presente trabalho é, a partir do relato de um caso, convite a algumas reflexões acerca do tema adoção e suas complexidades. A morosidade dos procedimentos de destituição do poder familiar, as discrepâncias regionais e entre perfis de adotantes e adotandos, a inexistência de abrigos e serviços de atenção especializada que pudessem orientar e acolher mulheres que não podem ficar com seus filhos, a distância que separa o ‘dever ser’ do Cadastro de Pretendentes à Adoção do Sistema Nacional

de Adoção e Acolhimento (SNA) e a realidade da ausência, ineficiência ou insuficiência do Estado em muitas localidades Brasil afora, são parte deste cenário. A (não rara) anulação da voz da criança e a (igualmente não rara) violação de seus direitos tidos como fundamentais são realidades facilmente constatáveis por quem está em campo.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; Adoção; Direitos Humanos.

THE (MIS)LEADING PATHS TO ADOPTION IN BRAZIL: CHILDREN'S RIGHTS AND THEIR RESPECTIVE PUBLIC POLICIES: A CASE STUDY

ABSTRACT: The present work is, from the report of a case, an invitation to some reflections on the adoption theme and its complexities. The length of procedures to remove family power, regional discrepancies and between adoptive and adoptive profiles, the lack of shelters and specialized care services that could guide and welcome women who can not stay with their children, the distance that separates the Registration of Applicants for Adoption of the National Adoption and Reception System (SNA) and the reality of the absence, inefficiency or insufficiency of the State in many places in Brazil, are part of this scenario. The (not infrequently) voidness of the child's voice and the (equally not uncommon) violation of their rights considered as fundamental are realities easily established by those who are in the field.

KEYWORDS: Childhood; Adoption; Human Rights.

1 | INTRODUÇÃO

A história da criança costuma ser uma história de dor. De um longo e árduo caminho para que se reconhecesse, nela, uma pessoa em desenvolvimento, dotada dos mesmos direitos de personalidade de um adulto (ARIÈS, 2016).

Da Convenção Internacional de Direitos da Criança extraem-se, como categorias dos direitos dos pequenos, os de “provisão”, “proteção” e “participação” (SOARES, 2017). No tocante a este último (direito de participação), a previsão do Artigo 12 é bastante clara ao estabelecer o direito da criança de expressar as suas opiniões, ser ouvida e tomar parte de todo e qualquer processo judicial ou administrativo, que a afete (ONU, 1989).

O Brasil recebeu, por força do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (BRASIL, 1990b). Naquele mesmo ano e no mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990a), em consonância aos fundamentos estabelecidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), já nas disposições preliminares traz a adoção dos princípios da Proteção Integral e do Melhor Interesse como os nortes para qualquer intervenção (judicial ou extrajudicial) que atingisse a criança.

Quase vinte anos depois, a Lei nº 12.010/2009 tem por objeto dispor “sobre o aperfeiçoamento da sistemática para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista na lei 8069/90” (BRASIL, 2009).

Fazem parte deste escopo: i) as medidas de afastamento da criança de seu convívio familiar, bem como o planejamento e ação para a sua reinserção, superada a causa que motivou o afastamento; ii) as medidas de destituição do poder familiar e verificação de viabilidade de permanência da criança na família extensa; iii) colocação da criança em família substituta.

O discurso formal é, por todos os agentes em campo (juizes, promotores, psicólogos, assistentes sociais), o de sempre proteger a integridade e o melhor interesse da criança. A se julgar, todavia, pelas práticas sociais e judiciais, o descompasso é evidente. Como, à guisa de exemplo, no relato do caso trazido para reflexão.

2 | O CASO

B. é uma menina que nasceu no dia 29 de maio de 2014, no município de Tutoia, Estado do Maranhão, localidade que não conta com serviço de assistência especializada ou instituição de acolhimento (anteriormente denominada de abrigo).

Sua genitora biológica é trabalhadora rural e mãe de outros filhos. De genitor biológico desconhecido, B. foi entregue pela mãe a um casal, regularmente habilitado no Cadastro de Pretendentes à Adoção do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (antigo Cadastro Nacional de Adoção - CNA), 3 (três) dias após o nascimento. R, o homem, então, a registra como sua filha.

A vida segue tranquilamente até o momento em que M., a mãe, ingressa com pedido de adoção unilateral de B. Cruzados os dados da ação de adoção unilateral com aqueles constantes do pedido de habilitação e, diante dos indícios de “adoção à brasileira” de B. pelo casal R. e M., é proposta, pelo Ministério Público, a medida de afastamento da criança, cuja busca e apreensão fora efetivamente levada a efeito quando ela contava com 2 (dois) anos e 1 (um) mês de idade.

Concomitantemente, diante dos indícios da prática de crime, o Ministério Público requer a instauração de Inquérito Policial contra o casal, sendo, ainda, determinada judicialmente a suspensão de R. e M. do Cadastro de Pretendentes à Adoção do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, e dando-se início à Medida de Proteção da criança.

Do Plano Individualizado de Atendimento (PIA), R. e M. nunca tomaram parte, não foram avaliados por psicólogos ou assistentes sociais, muito embora, no PIA da criança, tenha sido constatado seu sofrimento psíquico e expresso que, muito tempo depois, ela ‘não entendia as razões de seu abrigo’.

A coautora deste trabalho assumiu a condução do caso na qualidade de advogada em abril de 2018, a 2 (dois) meses de completar 2 (dois) anos de institucionalização da criança, e pouco tempo antes da medida de afastamento ter tido seu desfecho com trânsito em julgado, desfavoravelmente ao casal com quem a criança convivera na posse do estado de filha durante pouco mais de 2 (dois) anos.

Modificada a estratégia de defesa, e solicitada a reinserção familiar da criança, com base na realidade atual (criança em idade com queda acentuada das possibilidades de adoção, período prolongado de institucionalização etc), a petição inicial fora indeferida de plano pelo juízo de origem. Malgrado o Ministério Público, revendo posicionamento anterior, manifestou-se no sentido de que sejam realizados estudos psicossociais com a criança e com os ‘adotantes’, com vistas a se constatar a permanência de vínculos afetivos, mesmo diante da descontinuidade de contato desde o momento da institucionalização.

As violações de direitos da criança em questão foram denunciadas ao Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Comitê Interamericano de Direitos Humanos.

No processo judicial foi interposta apelação contra o indeferimento liminar do pleito de reinserção familiar. O caso ainda teria longa tramitação até que fosse reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, a necessidade de realização de estudo psicossocial com aqueles que haviam sido referências parentais para a criança anteriormente ao seu acolhimento. Nesta ocasião, todavia, a criança que passara mais de dois anos acolhida, havia sido entregue sob “guarda provisória” a casal pretendente à sua adoção, o que conferia contornos ainda mais densos ao complexo caso.

Realizado o estudo com os dois núcleos familiares e com a criança, ratificou-se o sofrimento por que ela havia passado e que, naquele momento, a medida que

melhor tutelaria seus interesses, seria a permanência com o novo núcleo, com o qual, aparentemente, havia estabelecido vínculos.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente trabalho foi desenvolvido por relação dialógica e interdisciplinar entre os referenciais teóricos provenientes do Direito, Psicologia e Sociologia da Infância, estabelecendo-se a relação entre as referências bibliográficas que abordam as temáticas ligadas à criança, infância, direitos e políticas públicas, e sua aplicação em campo. Em especial, como no caso, em situação que envolve uma prática vedada pelo ordenamento jurídico pátrio e que, apesar disso, não pode servir de anteparo para a perpetuação de violação de direitos fundamentais da criança, sob a rubrica de que se o faz para protegê-la.

4 | RESULTADOS

No Brasil, a adoção se revela como um dos temas mais delicados e mais complexos na tutela de crianças e adolescentes, por razões multifatoriais.

Quase uma década após a promulgação da Lei nº 12.010/2009, ainda nos debruçamos com questões de variada ordem, dentre as quais, destacam-se a heterogeneidade relativa à efetivação de políticas públicas destinadas à tutela de crianças e adolescentes, quer no tocante às suas vivências em família natural ou extensa, quer relativamente à sua colocação em família substituta.

No caso relatado, a criança nasceu em local com um dos piores índices de vulnerabilidade social do país, onde não havia qualquer serviço de atenção especializada à criança ou instituição de acolhimento, de tal sorte que, muito provavelmente, ela jamais comporia as estatísticas das quase 30.000 registradas em instituições de acolhimento no país (CNJ, 2021).

O casal que a acolheu representava, para ela, a única referência de família que teve durante pouco mais de 2 (dois) anos, razão, todavia, que parece não ter sido considerada nem por ocasião de sua institucionalização, nem nas decisões judiciais que se seguiram e que a mantiveram acolhida institucionalmente, após o período máximo a que faz alusão o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Entre a proteção da integridade e melhor interesse da criança e a aplicação rigorosa da lei como cobro à prática da adoção à brasileira, prevaleceu a última.

De um lado, a observância da ordem cronológica estabelecida pelo Cadastro de Pretendentes à Adoção é desejada como mecanismo de homogeneização da sistemática relativa à adoção, mas não pode ser encarada de modo irrestrito, sob pena de solapar-se direitos à categoria a que se aspira proteger prioritariamente.

De outro lado, as carências ainda enfrentadas no que concerne à efetivação de

políticas públicas destinadas às famílias e crianças, constituem importante desafio que não pode ser desprezado ou negligenciado na circulação de discursos normativos ou teóricos quando destinados a resolver, em campo, as situações que emergem de contextos familiares diversos, nos quais, os direitos da criança, em especial, aqueles relacionados ao seu completo bem estar físico, cognitivo e emocional, e ao desenvolvimento no seio de um lar (natural ou por formação de laços socioafetivos), devem ser prestigiados com respeito ao modo como ela própria, e por sua própria perspectiva, possa significá-los.

Sem dúvida, as políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil nas últimas décadas tem apresentado um movimento de evitar a institucionalização prolongada do público infanto-juvenil, prática recorrente antes da vigência do ECA, seja em razão de abandono ou prática de atos infracionais.

Neste cenário, era comum crianças e adolescentes institucionalizados permanecerem por longos anos nesta condição, tendo seus laços afetivos com a família e comunidade enfraquecidos ou rompidos.

Com a vigência do ECA e a inauguração da chamada Doutrina da Proteção Integral, as políticas públicas vão sendo alteradas para garantir direitos humanos às crianças e adolescentes, dentre eles a convivência familiar e comunitária (ELIAS, 2015). Contudo, ainda atualmente há muitas crianças que crescem em instituição de acolhimento, chegando a completar a maioridade.

Isto acontece em parte porque o Estado e a sociedade são ineficientes em garantir que todas as crianças convivam em família. Muitas crianças acolhidas institucionalmente não apresentam o perfil pretendido pelos adotantes. A maioria das crianças disponíveis para adoção têm mais de cinco anos de idade, muitas são negras e pertencentes a grupos de irmãos. Já o perfil pretendido pela maioria dos adotantes é de crianças muito jovens (até três anos de idade) e parecidas fisicamente com eles (a maioria dos pretendentes à adoção se autodeclara como branca), além de preferirem apenas uma criança. Este descompasso é caracterizado por Weber (2011) como o conflito entre adoção clássica e adoção moderna. A modalidade clássica privilegia o interesse dos adotantes, e continua sendo prevalente no Brasil, enquanto a adoção moderna privilegiaria o interesse dos adotados, buscando a melhor família para eles.

O resultado do conflito acima é que há 32.826 pretendentes à adoção no SNA e 4.234 crianças e adolescentes disponíveis para adoção em outubro de 2012 (CNJ, 2021). No entanto, o número de crianças acolhidas institucionalmente no Brasil não diminuiu significativamente pela via da adoção, pelo descompasso ora citado.

Neste cenário, algumas famílias vão praticar o que se convencionou chamar da “adoção à brasileira”, isto é, a adoção feita fora do previsto na legislação, não cumprindo os trâmites de um processo judicial regular. Esta prática tem sido combatida no país com o intuito de evitar o cometimento de crimes como a venda de crianças, por exemplo, ou situações familiares constituídas sem os devidos cuidados, o que pode ser prejudicial às

crianças.

O caso que analisamos traz um dilema para o Sistema de Justiça: como atender o melhor interesse da criança? Sendo certo que a criança foi inserida na família substituta à margem dos trâmites legais, a única alternativa seria a responsabilização criminal destes pais e a institucionalização da infante? Considerando as enormes possibilidades dessa criança não ser adotada por algum pretendente, por não apresentar o perfil amplamente desejado, que alternativas ela teria para estabelecer laços de afeto familiares extremamente importantes para seu desenvolvimento?

Entendemos a relevância fundamental do Cadastro de Pretendentes à Adoção do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, e o acompanhamento jurídico e psicossocial das adoções, justamente por saber que o estabelecimento de vínculos afetivos que sejam capazes de proteger crianças e adolescentes e constituir uma relação familiar entre pessoas sem ligação consanguínea devem ser cuidadosamente observados, na perspectiva de garantir os melhores benefícios para tais infantes. Assim, evidentemente a adoção fora dos trâmites legais não deve ser incentivada. No entanto, há situações em que o vínculo afetivo foi assim estabelecido, em condições informais, e pode ser a única alternativa viável de cuidados de uma criança em um contexto familiar protetor. Parece-nos que negar à criança essa possibilidade de convivência não é atender seus interesses, e conseqüentemente não atender ao espírito legal e social do ECA.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990a. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 18 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 99.710**, de 21 de novembro de 1990b. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em 18 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em 18 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA**: Pretendentes Disponíveis X Crianças Disponíveis para Adoção. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall> . Acesso em: 18 out. 2021.

ELIAS, J. R. **Direitos fundamentais da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em 18 out. 2021.

SOARES, N.F. **Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação**. Universidade do Minho. Instituto de Estudos da criança. Florianópolis. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/2100>. Acesso em: 18 out. 2020.

WEBER, L. N. D. O psicólogo e as práticas de adoção. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p. 141-173.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 179, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 265

Altas habilidades/superdotação 176, 177, 181, 187, 228, 229, 233

Aprendizagem 4, 5, 6, 7, 8, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 90, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 108, 111, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 210, 217, 218, 230, 232, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 292, 293

Aprendizagem ativas 251

Atividades em grupo on-line 176, 179, 180, 181

Autoestima 20, 21, 50, 51, 52, 156

Autorregulação 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

B

Brincadeiras 114, 117, 269, 270, 271, 276, 278, 279, 292

Brinquedos 114, 119, 150, 269, 270, 276, 277, 279

C

Charbonneau 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84

Covid-19 1, 44, 60, 61, 65, 74, 177, 186, 187

D

Deficiência visual 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 101

Desafios 5, 24, 26, 63, 71, 72, 73, 85, 86, 101, 105, 109, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 173, 186, 197, 215, 217, 229, 236, 241, 245, 254, 255, 256, 260, 267, 273

Descentralização 3, 212, 227, 230

Dificuldades de aprendizagem 57, 67, 74, 145, 148, 269, 270, 280

Direitos humanos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 103, 104, 110, 220, 222, 224, 230, 232, 268

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 17, 19, 21, 29, 33, 36, 37, 42, 44, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131,

132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 161, 166, 170, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 257, 258, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 297

Educação de imigrantes 77

Educação em valores sociomoraes 208, 211, 215, 216, 218

Educação especial 86, 90, 92, 99, 129, 131, 132, 142, 143, 151, 179, 187, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Educação geográfica acadêmica 85, 86

Educação inclusiva 85, 86, 91, 93, 98, 101, 142, 143, 145, 147, 151, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Educação infantil 112, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 291, 293, 294, 295, 296

Educação libertadora 139, 188, 190, 193, 196

Educação on-line 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 73

Enfrentamentos 125, 129, 142

Ensino-aprendizagem 32, 38, 39, 40, 41, 42, 57, 102, 106, 108, 142, 193, 279

Ensino de línguas 188, 189, 191, 193, 196, 197, 251

Ensino de Sociologia 102, 106

Ensino remoto 1, 8, 61, 64, 72, 76, 177, 178, 179, 185, 186

Ensino superior 2, 4, 7, 12, 13, 20, 21, 22, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 101, 102, 107, 113, 134, 297

Escola Paranaense 77

Estágio supervisionado 102, 105, 109

Estimulação 25, 97, 148, 151, 198, 201, 205, 206, 207

Estudantes 4, 6, 13, 14, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 32, 34, 35, 36, 47, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 145, 149, 153, 155, 163, 164, 167, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 249, 253, 254, 255, 256

Etnografia escolar 102

F

Fisioterapia 198, 199, 201, 205, 207

Formação 5, 6, 7, 12, 13, 61, 67, 68, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 93, 94, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 122, 123, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 147, 148,

150, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 173, 179, 187, 189, 191, 192, 196, 197, 199, 209, 211, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 255, 257, 259, 261, 264, 265, 268, 269, 292, 294, 295, 296, 297

Formação de professores 110, 111, 191, 196, 197, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 259, 297

G

Gamificação 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

Gramática 192, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

H

História da educação 77, 79, 80, 83, 84, 119, 190

Homens na Pedagogia 112, 125

I

Idosos 2, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 108, 118, 254

Inclusão 4, 8, 29, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 104, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 192, 202, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 248, 265

Infância 57, 61, 74, 104, 113, 123, 157, 211, 217, 220, 223, 280, 283, 286, 296

Interculturalidade 188, 189, 192, 193, 196

Intergeracional 20, 24

J

Jogos 65, 114, 150, 159, 167, 180, 182, 185, 186, 212, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 272, 276, 279, 280, 296

Jogos eletrônicos 252

L

Letramento digital 73, 259, 268

Letramento informacional 259, 261, 262, 265, 266, 267

M

Materiais concretos 149, 243, 246, 249

Mercado de trabalho 22, 110, 112, 114, 115, 122, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 155, 158

P

Pedagogia freireana 188, 196, 238, 241

Pedagogo 79, 112, 114, 122, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 191, 269

Planejamento didático-pedagógico 60

Políticas públicas 19, 40, 56, 89, 138, 143, 151, 220, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 283, 284

Práticas de ensino 60, 63, 142, 144, 232

Prevenção de riscos 215, 259

Q

Qualidade de vida 21, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 57, 58, 59, 201

R

Recurso didático tátil 85, 95

Redes sociais 17, 23, 70, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 234, 265, 266, 268

Reflexões freireanas 238

Relações de gênero 112, 115, 118, 126, 134, 135, 137, 140, 141

Relações interpessoais 39, 43, 51, 65, 176, 180, 186, 213, 215

Resolução de problemas 156, 173, 243, 245, 248, 250

S

Saúde escolar 38

Situação-problema 243, 245

Sociedade da informação 1, 2, 3, 7, 8, 268

T

TEA 95, 179, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 229

Tecnologias da informação e comunicação 1, 4, 8

Teoria 10, 22, 37, 58, 67, 95, 140, 211, 212, 213, 218, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 253, 267, 270, 289, 296

W

Web 208, 209, 259, 260, 265

2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 